**UM OLHAR SOBRE OS IMPRESSOS EDUCACIONAIS: OS INTELECTUAIS E A ELABORAÇÃO DE UM PROJETO POLITICO-EDUCACIONAL PARA A REORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NORTE-RIO-GRANDENSE (1924-1928)**

**Rosângela Maria Araújo da Silva**

Pedagoga. Colaboradora do Núcleo de Pesquisa em Educação – Nuped/UERN. Contato: [rosa\_araujo2012@hotmail.com](mailto:rosa_araujo2012@hotmail.com)

**Sara Raphaela Machado de Amorim**

Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Contato: [raphaela.amorim@hotmail.com](mailto:raphaela.amorim@hotmail.com)

**RESUMO**

Analisar a construção dos documentos do Departamento de Educação, publicados de 1924 a 1928 é o objetivo desta pesquisa. Os documentos enquanto fontes ou objetos se caracterizam como um meio de propagar informações mesmo que sejam lacunares, mas que vão sendo desvendadas ao longo de analises. O recorte histórico demarca um período para estudo de um contexto caracterizado por novas ações na área educacional e saúde, que foram empreendidas nas pautas governamentais de José Augusto Bezerra de Medeiros. Em 1924 é criado o Departamento de Educação, que sob a direção de Nestor dos Santos Lima se caracterizou como órgão responsável por reorganizar o ensino primário no Rio Grande do Norte. Buscamos, portanto, verificar como as ações politicas influenciaram para a organização da educação norte-rio-grandense no início do século XX, bem como identificar objetivos que foram traçados e apresentados na matriz politico-educacional produzida pelo Departamento de educação. Usamos como fontes principais o Regimento Interno dos Grupos Escolares (1925); Regulamento Geral do Departamento de Educação (1925); Livro de Atas e Assinaturas do Curso de Férias (1925); e o Relatório Manuscrito do Departamento de Educação (1924), encontrados em instituições de guarda como Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte/ IHGRN e Arquivo Público do Estado/ APE. A fim de analisa-los, dialogamos com teóricos como SOUZA (2008) na compreensão e organização da cultura escolar, CHARTIER (1990) sobre os impressos, SIRINELLI (1996) com a história dos intelectuais, e BOURDIEU (2006; 1989) no entendimento do capital cultural. Almejamos, a partir deste estudo, contribuir para a historiografia norte-rio-grandense.

Palavras-chaves: Documentos. Intelectuais. Rio Grande do Norte. Educação.

O referido trabalho resulta da pesquisa monográfica intitulada Atos e Resoluções para a Organização da Educação no Rio Grande do Norte: Intelectuais, Idéias e Projetos (1924-1928), que investigou como as ações do campo politico e educacional contribuíram para a produção de uma massa documental que direcionou a educação norte-rio-grandense dentro dos moldes do período republicano.

Tal estudo se deu a partir da análise de documentos como o Regimento Interno para os Grupos Escolares (1925), Regulamento Geral do Departamento de Educação (1924), e Livro de Atas e Assinaturas do Curso de Férias (1925), Relatório Manuscrito do Departamento de Educação (1924), fontes que nos auxiliam na compreensão das questões referentes às ações politicas e educacionais que eram desenvolvidas no cenário norte-rio-grandense. Para a fundamentação da pesquisa nos subsidiamos em aportes teóricos como SOUZA (2008) na compreensão e organização da cultura escolar, CHARTIER (1990) sobre os impressos, SIRINELLI (1996) com a história dos intelectuais, e BOURDIEU (2006; 1989) no entendimento do capital cultural.

O principal objetivo deste estudo é a análise de registros documentais produzidos pelo Departamento de Educação no Rio Grande do Norte nos anos de 1924 a 1928. O recorte histórico demarca período de um contexto caracterizado por novas ações na área educacional e saúde, que foram empreendidas nas pautas governamentais de José Augusto Bezerra de Medeiros. No ato da criação, o Departamento de Educação em 1924 substituiu a antiga diretoria geral da Instrução Pública, que sob a direção de Nestor Lima foi um o órgão responsável em reorganizar o ensino público norte-rio-grandense.

Os documentos enquanto fontes ou objetos se caracterizam como um meio de propagar informações mesmo que sejam lacunares, mas que vão sendo desvendadas ao longo de análises. Compreendemos que no corpo documental encontram-se memórias de um povo, de uma sociedade, abre espaços para problematizarmos diversas questões em relação a assuntos do contexto educacional. Podem ser utilizados enquanto fontes ou objetos históricos para a pesquisa em educação, visto que ao mesmo tempo em que trazem informações relevantes e precisas, também, deixam lacunas para serem analisadas ou desvendadas ao longo de estudos e pesquisas de determinadas temáticas no campo historiográfico.

A partir da investigação dos escritos documentais, podemos perceber em suas entrelinhas, questões que versam para além do que estes materiais objetivavam inicialmente. Um exemplo que pode ser citado é a abertura para reflexão acerca do lugar de fala de determinados sujeitos que estavam à frente do campo educacional. O diálogo com Roger Chartier (1990) possibilita-nos perceber que a pesquisa no campo historiográfico permite ao leitor diversas interpretações, questionamentos e vazios que servem para que novas interpretações sejam feitas, mediante cada o olhar de cada pesquisador. O documento, apesar de abordar questões específicas para atender suas finalidades de criação, não se limita basicamente a fatos ou questões, pois se caracteriza como espaço de construção de novos saberes, a partir das investigações que possam ser desenvolvidas com base nestes impressos.

É possível ampliar a compreensão sobre as informações acerca dos procedimentos que eram realizados dentro do cenário educacional norte-rio-grandense nos anos iniciais do século XX. É importante abrir uma ressalva que a produção e emissão de documentos educacionais, comumente estão ligadas a interesses de um determinado grupo político-social de uma sociedade, que desejam de alguma forma incorporar aquilo que objetivam realizar ou desenvolver a partir das suas produções. Nesse sentindo percebemos o quanto é importante o trabalho com fontes documentais no âmbito da pesquisa em História da Educação, visto que temos a oportunidade de levantar hipóteses mediante as análises dos escritos.

**As fontes documentais e sua relevância para a organização do cenário educacional no Rio Grande do Norte**

Após a proclamação da República, o ensino público primário de todo o país passava por várias reformas e era preciso que houvesse escolas nas capitais e nos interiores dos estados, com isso fosse instruída uma educação que estabelecesse no sujeito um caráter que estivesse dentro dos preceitos patrióticos, cívicos e morais da sociedade. A educação era tida como a base elementar que formaria o homem para atuar na esfera do mercado de trabalho, e para isso era necessário que houvesse mudanças e qualificações no ensino primário. Carvalho (2016) apresenta que com a proclamação da República, o Estado de São Paulo buscou usar investimentos para a organização de um ensino que fosse de uma categoria modelar. Outros estados brasileiros adotaram os modelos de educação e reorganização das instituições escolares.

No Rio Grande do Norte os primeiros rumos da reforma no ensino aconteceram em 1906 quando Francisco Pinto de Abreu, que estava sob a direção do Atheneu Norte-Rio-Grandense emitiu uma nota em seu relatório anual para o senhor Augusto Tavares de Lyra, o então governador da época. Nas linhas do referido relatório, Pinto de Abreu relatava a sua preocupação em relação ao ensino do Estado. A educação sofria uma séria desqualificação, as poucas escolas que existiam estavam em situação de precariedade, além da forte depredação na parte da infraestrutura não se tinha materiais suficientes e adequados para o desenvolvimento das práticas pedagógicas. O quadro docente encontrava-se em situação de despreparo para atuar no processo de ensino primário, e com isso acabava impossibilitando avanços e melhorias na prática educativa.

Pinto de Abreu apontava que a necessidade de haver uma reforma no ensino primário era de urgência. Para ele a instrução primária era importante para todos os setores da sociedade, sem distinção de classes sociais, tendo em vista que é nessa base que se edifica os saberes necessários de um povo. “No referido relatório o Diretor do Atheneu apresentava uma proposta de reforma, que posteriormente ficou conhecida como Reforma Pinto de Abreu” (SILVA, 2010, p.54). A reforma objetivava estabelecer uma base de ensino no ideário norte-rio-grandense que preparasse cidadãos aptos para atuarem na esfera econômica que se moldava no período republicano, com isso era preciso que se formasse uma população letrada, que saísse das margens do analfabetismo.

Faria Filho (2016, p. 137) afirma que “instruir as classes inferiores era tarefa fundamental do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, condição mesma de existência desse Estado e da nação [...]”. Instruir a escola primária daria possibilidades de criar um projeto de nação independente, onde o povo teria condições de escolher qual caminho seguir, mas, sobretudo serem orientados a não se desviarem daquilo que almejaram prosseguir. Nessa ótica podemos perceber que a instrução também era um caminho onde se revigorava as leis, o estado a absorve como uma estratégia de impulsionar e manter controle sobre a população.

É com base nesse modelo da época que o Diretor propunha uma reforma que engajasse o homem republicano na luta por concorrência em diferentes setores do campo industrial. Para Silva (2010, p. 55) “pela instrução se atingiria os estágios mais elevados da civilização, entendendo-se que a falta de instrução do povo era a causa da distância existente entre o Brasil e as demais nações civilizadas [...]”. O real objetivo era formar o cidadão dentro daquilo que era condizente com o Brasil republica, um sujeito que se tornaria apto para participar de uma vida pública e atender as necessidades trabalhistas que o mundo capitalista estabelecia, era nesse viés se formaria uma sociedade com condições de entender e estar em conformidade com aquilo que o governo determinava.

No ano de 1907, na transição do governo Augusto Tavares de Lyra para Antônio José de Melo e Souza, o Congresso Legislativo do Estado em 22 de novembro do corrente ano votou a Lei n. 249, que autorizava a reforma na instrução, com especificidade o ensino primário, que a partir dessa reforma ganharia novos moldes e as qualificações necessárias para a melhoria educação. A reforma idealizada por Pinto de Abreu tinha como pauta a criação de uma rede de Grupos Escolares por todo o Estado. Em 05 de Março de 1908, pelo Decreto n. 174, foi criado o primeiro Grupo Escolar de Natal, denominado Augusto Severo. O prédio contava com uma arquitetura ampla e moderna, atendendo aos requisitos das instituições do Estado de São Paulo:

Ensino seriado, classes homogêneas e reunidas em um mesmo prédio, sob uma única direção, métodos pedagógicos modernos dados a ver na Escola Modelo anexa a Escola Normal e monumentalidade dos edifícios em que a Instrução Pública se faz signo do Progresso­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­ essa era a fórmula do sucesso republicano em São Paulo. (CARVALHO, 2016, p. 226)

O modelo de ensino primário paulista serviu de referência para os demais estados brasileiros. De acordo com a Reforma Sampaio Dória, o ensino primário era o meio pelo qual se erradicaria o analfabetismo presente no cenário brasileiro. O reformador destacava a importância do método de ensino intuitivo que para ele seria o caminho adequado para o processo de ensino e aprendizagem. O Grupo escolar também era visto como um espaço que estaria dentro dos padrões higienistas que a educação do período buscava inserir na população

Após significativas reformas que aconteceram no ensino, em 1924 diante de um novo governo, o Rio Grande do Norte vive um momento de luta por melhor progresso no setor educacional. Na transição do governo Antônio José de Melo e Souza para José Augusto Bezerra de Medeiros, observamos um período demarcado por mudanças. O governador destacava seus investimentos, sobretudo, no que dizia respeito ao ensino e a saúde pública. Mostrava preocupação em reorganizar o conceito de educação, tendo em vista que é por meio dela que se pode atingir aquele modelo adotado pelo poder republicano, acreditava-se que diminuir o número de analfabetos no Estado seria uma tarefa condizente para inserir o homem no âmbito do trabalho fabril.

De nossa parte, em nosso estado, tudo temos feito, particulares e governo, para que não nos acoimem os retardatários. Dar-me-ei por muito feliz, se, no meu governo, conseguir desdobrar ainda mais as instituições educativas do Rio Grande do Norte, de modo que elas possam abranger, nos benéficos que prodigalizam, o maior número possível de jovens patrícios nossos ate que possamos em futuro mais ou menos remoto proclamar com orgulho que nosso solo não há mais um habitante analfabeto (MENSAGENS DOS GOVERNADORES, 1924, p.35).

De certo modo no contexto em que se encontrava inserida a década, a educação era o caminho pelo qual se obteria progresso e qualificação social. Atendendo a essas necessidades cinco Departamentos foram criados no Rio Grande do Norte: o de Saúde Pública, Segurança Pública, Agricultura e Obras Públicas, Departamento da Fazenda e do Tesouro, e o Departamento de Educação que substituiria a antiga Diretoria Geral da Instrução Pública. Ao governador competia escolher um diretor geral para exercer as determinadas funções do Departamento. José Augusto nomeia para assumir a cadeira de diretor geral do Departamento de Educação, o educador Nestor dos Santos Lima, os laços e apreços de amizade entre os dois vinham desde o período em que José Augusto era deputado federal.

Nestor Lima era o sujeito responsável por produzir e emitir os documentos do Departamento de Educação, documentos estes que regulariam e supervisionaria o ensino no Rio Grande do Norte. Com o objetivo de reestruturar uma nova base de ensino norte-rio-grandense, Regimentos Internos, Regulamentos, Livros e Atas e entre outros documentos foram expedidos pelo órgão responsável em supervisionar a área educacional. O Regimento Interno dos Grupos Escolares publicado em 15 de Maio de 1925 estão contidos os programas de ensino que aprimorariam o ensino infantil no Rio Grande do Norte, nele constam os horários e materiais como livros que são indicados para o ensino primário completo.

Esse ensino acontecia nos Grupos Escolares do Estado, sendo dividido em Cursos Complementares e Elementares e Curso Infantil Misto, com duração de seis anos, sendo que, para cada modalidade era designado um período de dois anos, com uma serie de disciplinas para serem ministradas. O método didático adotado é a indução, onde pelo concreto e uso das lições o aluno tem a capacidade de pensar desenvolvendo sua capacidade cognitiva. Em abril de 1925, é publicado o Regimento das Escolas Isoladas. As Escolas Isoladas são locais de Ensino Primários criados e mantidos pelo governo do Estado. A modalidade de ensino nas Escolas Isoladas era curso infantil e curso elementar, as disciplinas eram divididas em acessórias e fundamentais. Eram reunidas nos espaço dos Grupos Escolares e tinham o ensino voltado para formação do cidadão.

Tendo em vista a necessidade de melhoria no ensino no setor da Zona Rural, em 03 de abril de 1925 o educador Nestor Lima publica o Regimento Interno das Escolas Rudimentares. Essas escolas estavam presentes especificamente nas fazendas, bairros ou povoados da zona rural, designadas fixas ou ambulantes, eram instaladas onde houvesse mais de cinquenta analfabetos. Os programas de ensino eram organizados pelo Conselho de Educação, com duração de dois anos, era ofertado para aquelas pessoas que trabalhavam no campo. Em 1923, na realização de uma de suas viagens pelo exterior, Nestor Lima partiu com destino a Montevideo, onde observou um Curso de Férias que aconteceu para o professorado, diante da sua observação mostrou interesse em realizar o referido curso no Estado.

Em 1925 acontecia o primeiro “Curso de Férias” para o professorado norte-rio-grandense, denominado como quinzena pedagógica o curso consistia em obter um melhor padrão nas práticas que eram exercidas pelos educadores. No livro de Atas e Assinaturas do Curso de Férias estão registros de palestras que aconteceram para o professorado Norte-rio-grandense, tendo início no dia 3 de janeiro de 1925 no salão da Escola Normal de Natal. na solenidade de abertura estava presente o Governador José Augusto Bezerra de Medeiros, Nestor dos Santos Lima e entre outros educadores.

Diante desses pressupostos, é possível fazermos uma análise e fomentar a discussão em relação a diversos assuntos, inclusive a os meios de sociabilidades daqueles sujeitos que estavam à frente de ocupação de cargos, e que deram contribuições que foram essenciais para a organização do ensino no Rio Grande do Norte.

**Os intelectuais e a história da educação no Rio Grande do Norte**

As relações entre o campo político e educacional configuram-se como um aspecto essencial para a reorganização e construção de uma matriz político-educacional no Rio Grande do Norte. No final do século XIX e início do século do século XX, o estado norte-rio-grandense viveu um período caracterizado por mudanças na educação. A luta incessante de um grupo de intelectuais pelo desejo de modernização na área educacional contribuiu de forma significativa para a continuidade de um padrão de ensino que viesse seguir o modelo dos demais estados brasileiros

Por meio das fontes foi possível percorrermos os espaços de sociabilidade destes sujeitos, como também caracterizar os interesses que ambos buscavam para um novo projeto de ensino no início da República. Jean François Sirinelli (1996, p. 249) aponta que a revista é um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade. Diante da ideia do autor, ressaltamos que os documentos não são produzidos aleatoriamente, eles se constituem como uma rede social que emerge interesses de determinados grupos. Na tessitura dessas redes, identificamos nomes de sujeitos, os contatos que eram estabelecidos, o modo como e a quem as informações eram destinadas.

Durante o governo de Alberto Maranhão (1908-1913), o Rio Grande do Norte passou mudanças no Ensino Primário. Nesta administração além da abertura do primeiro Grupo Escolar na Capital, o Augusto Severo, foram criados vários Grupos Escolares e Escolas Mistas nos municípios do Estado. O Decreto n. 178 de 29 de abril de 1908 que autorizou a abertura dos Grupos Escolares, também autorizou a reabertura da Escola Normal de Natal, espaço que servia para a formação do professorado. Pelo mesmo decreto também foi reestabelecida a Diretoria de Instrução Pública que havia sido extinta em 1900 que tinha por finalidade fiscalizar as instituições de ensino. Mesmo com as mudanças ocorridas no setor de ensino, a educação contava com diversas falhas devido à falta de materiais pedagógicos adequados para o melhoramento do ensino.

Pensando na melhoria da educação do estado, o governador Alberto Maranhão em 1913 convidou Nestor dos Santos lima, diretor da Escola Normal de Natal para seguir com destino a São Paulo e Rio de janeiro, com o objetivo de observar como se disseminava o cenário educacional nos maiores meios culturais do País. A partir das vivências oportunizadas pelas viagens, Nestor Lima projetava uma nova roupagem no ideário educacional norte-rio-grandense. Diante da necessidade de um novo molde na educação do Rio Grande do Norte, era necessária a compra de novos livros, cartilhas e demais materiais pedagógicos, sendo são Paulo o lugar ideal para a obtenção destes materiais. Por hora é perceptível que os entrelaces que Nestor lima estabeleceu em diferentes culturas sociais, resultou uma conjuntura de ações para colocar em prática na educação do Rio Grande do Norte. Isso nos faz pensar com Pierre Bourdieu quando ele discute que o eu também é nós. As ideias e objetivos arquitetados pelo educador não surgem apenas de uma vontade individual, na verdade tudo se constrói a partir das relações do coletivo, nas estruturas do meio social.

Todavia, a busca por modernização na educação no início do período republicano, não se limitou apenas a observações pelo Brasil. Em 1923, o Governador Antônio José de Mello e Souza, comissionou Nestor dos Santos Lima para retornar a Capital Federal do País, a viagem por sua vez o perpassou os limites da que fora feita pelo educador no ano de 1913. A fim de observar o ensino de outros centros, o educador seguiu viagem com destino às republicas do Rio da Prata. No percurso da viagem que fora comissionado, Nestor lima visitou cinco grandes centros de civilização: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Montevidéu e Buenos Aires. Em um relatório composto de cento e vinte páginas, o educador expressa o que observou nas instituições de ensino e outros espaços das localidades que por ele foram visitadas, bem como os contatos estabelecidos no decorrer do seu itinerário.

Embasando-se nos estudos de Sirinelli (1996), compreendemos que a figura de Nestor Lima enquanto educador e intelectual também faz parte da cultura política do Rio Grande do Norte. Nos relatórios de viagens comissionadas por Governadores, visualizamos o sujeito que escreve interpretando e problematizando a partir do que ele viu nos diferentes espaços por onde passou, com isto, as notícias vão sendo disseminadas perante a sociedade mesmo que seja com ensejos políticos.

Sobre o que foi estudado desde a atuação de Nestor Lima como dirigente da Escola Normal de Natal, e nas viagens de missão no governo de Alberto Maranhão e Antônio José de Mello e Souza, aos poucos vamos entendendo as façanhas para a construção de uma matriz-político educacional durante o governo de José Augusto Bezerra de Medeiros.

**Os Regimentos e a materialização de uma educação moderna**

A fim de compreendermos como se difundia o ensino dentro do Departamento de Educação, e como se constituíram as pautas de uma educação modernizadora que tanto almejavam os republicanos, nos debruçamos sobre as fontes para entendermos como as ideias e os projetos se delineavam. Os Regimentos, Atas e relatórios produzidos em parceria com Nestor Lima e José Augusto, vislumbram como se materializava um projeto educacional que foi essencial para reorganizar e educação do Estado. Vários livros eram pensados e selecionados por Nestor Lima. Os materiais didáticos expressam com clareza o que era primordial para o a realização do ensino no ensino primário, partimos do pressuposto que a educação da época também se embasava em conceitos técnicos, já que o objetivo do poder republicano era erradicar o analfabetismo para enquadrar sujeitos dentro dos avanços do mercado industrial que se desenvolvia no momento.

Dentre tantas outras disciplinas que eram ofertadas neste período, podemos destacar as ciências naturais, que tinha como objetivo a partir dos conhecimentos estabelecidos, desenvolver habilidades na criança para posteriormente aprender a lidar da com os processos do meio trabalhista. No entanto, acreditava-se que enquanto as crianças estavam com a mente ocupada com as finalidades desses estudos, elas estariam livres de pensamentos outros:

[...] Num tempo em que não havia articulação entre o curso primário e o secundário, era dado como certo que a maioria das crianças que cursavam as escolas elementares não prosseguiriam os estudos, inserindo-se rapidamente no mundo do trabalho. (SOUZA, 2008, P. 64).

Desse modo, nos possibilita perceber o objetivo de introduzir os saberes primários no processo de escolarização. Constituía de saberes que seriam importantes para a formação integral e moral do cidadão no período republicano.

No relatório manuscrito do Departamento de Educação, datado 02 de outubro de 1924, aponta estava organizado o ensino estadual. A inspeção do ensino aparece como um dos meios mais essenciais para a educação no Estado. A fiscalização do ensino se fez presente desde os tempos imperiais, “[...] a fim de gerar uma convivência nos moldes da civilização europeia. De modo que, na instrução pública do império, a inspeção foi uma ação do Estado para disciplinar o ensino” (CORDEIRO, 2016, p.04). Quanto aos resultados da ação neste período, não se deram com êxitos devido à falta de articulação nos projetos da Instrução pública, mediante as reformas que aconteceram no início da república, é que esse meio deu um novo olhar para a uniformização do ensino.

Nas Mensagens dos Governadores (1924), perante a Assembleia Legislativa José Augusto menciona os avanços e mudanças que ocorreram no cenário educacional por meio da inspetoria de ensino e pelo próprio Nestor Lima na gestão do Departamento de Educação:

Não há escolas que não tenha sido repetidamente visitadas por inspetores, e o próprio diretor do Departamento já visitou, em objeto de serviço, a quase totalidade dos municípios do Estado, para verificar

pessoalmente a marcha do ensino e indicar as suas mais palpitantes necessidades (MENSAGENS DOS GOVERNADORES, 1924, p.41).

Buscando a edificação do ensino nos moldes da república, a Inspetoria de ensino se concebeu como principal instrumento do Departamento de Educação. A inspeção era feita por meio de visitas onde houvesse nas instituições escolares, buscando observar se o ensino ofertado estava sendo realizado dentro das práticas morais e civilizatórias do poder republicano. Aos inspetores competiam se deslocarem pelo interior do estado para observar como andava a qualidade do ensino, as visitas deveriam ser com frequência em busca de orientar os professores e diretores dos grupos escolares quantos os métodos e práticas de ensino que pretendidos pelo Departamento de Educação.

**Considerações finais**

No contato com diversas fontes documentais pudemos perceber o quão são importantes para estudos no campo da pesquisa historiográfica, nas leituras das linhas e entrelinhas desvendamos inúmeras questões que por vezes só emergem a partir das interrogações do pesquisador em diálogo com outras fontes e autores.

Pensar sobre a história da educação norte-rio-grandense nos fez compreender a importância do Departamento de Educação criado por José Augusto e dirigido Por Nestor Lima, o órgão que foi responsável em produzir os documentos que reorganizaram a educação primária em todo o estado Potiguar. Por meio dos jornais, revistas, tivemos a oportunidade de viajar com Nestor Lima e conhecer um pouco de cada espaço que por ele foi visitado nas missões educacionais e que tanto contribuíram para a implantação de um novo ensino. Foi nas viagens pelas fontes que tivemos a oportunidade de conhecer a importância que tem os meios de sociabilidades dos sujeitos e todos os passos por eles dado até chegarem à escrita de documentos educacionais.

Consideramos o trabalho com as fontes documentais como relevante para os estudos na História da Educação, pois a partir da análise dos escritos tivemos a oportunidade de conhecer sobre como era planejada a organização da educação no Rio

Grande do Norte, seus princípios, métodos, processos e estratégias de expansão.

**Referências**

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (org.). Usos & abusos da história oral. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV. 1996, p. 183-191.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CORDEIRO, Anna Gabriella de Souza. *A inspeção do ensino na província do Rio Grande do Norte durante o período Imperial.* UNICAMP. 2016. 21p.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive Veiga. (Org.) *500 anos de educação no Brasil***.** Belo Horizonte: Autêntica, 2016

RIO GRANDE DO NORTE. Lei n°249 de 22 de novembro de 1907. Autoriza o governo a reformar a Instrução pública. Actos Legislativos e Decretos do Governo. Natal: Tipografia da República, 1909.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem dos governadores.* Natal: Tipografia da República, 1923.

­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­\_\_\_\_\_\_\_\_\_Departamento de Educação. *Livro de Atas e Assinaturas do Curso de Férias.* Natal: Tipografia da República, 1925.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Departamento de Educação. *Regimento Interno dos Grupos Escolares.* Natal: Tipografia da República, 1925.

\_\_\_\_\_\_\_\_Departamento de Educação. *Regimento Interno das Escolas Isoladas.* Natal: Tipografia da República, 1925b.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_Departamento de Educação. *Regimento Interno das Escolas Rudimentares.* Natal: Tipografia da República, 1925c.

\_\_\_\_\_\_. Departamento de Educação. Relatório do Departamento de Educação**.** Natal, 1924, 45p. (manuscrito)

SILVA. Francinaide de Lima. *O Grupo Escolar Modelo Augusto Severo (1908-1928)*: vinte anos de formação de professores. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SILVA, Rosângela Maria Araújo da. *Atos e Resoluções para a organização da Educação no Rio Grande do Norte: Intelectuais, Ideias e Projetos*(1924-1928) 51f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Assú, RN, 2018.

SIRINELLI, Jean-François. “*Os intelectuais*”. In: REMOND, R. (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 231-269.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX* (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.